



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO AR 40/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 16 de outubro de 2020

Dispõe sobre a autorização de funcionamento e aprovação do Plano Pedagógico do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade EaD, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cabedelo.

O Presidente do **CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB)**, no uso de suas atribuições legais com base no § 1º do artigo 10 e no caput do art. 11 da Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e do inciso I do artigo 16 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS no 246, de 18 de dezembro de 2015, e considerando o disposto no inciso VII, do artigo 17, do Estatuto já mencionado, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23170.002536.2020-65 do IFPB,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar “**ad referendum**” o funcionamento do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a Distância, a ser ofertado pelo Campus Cabedelo, estabelecido na Rua Santa Rita de Cássia, nº 1900, Jardim Camboinha, no Município de Cabedelo-PB, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil.

Art. 2º Aprovar ad referendum o Plano Pedagógico do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Pós-Graduação Lato Sensu), na modalidade a Distância por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil, conforme documentação em anexo.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir desta data e deve ser publicada no Portal do IFPB.

(assinado eletronicamente)

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior do IFPB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Campus Cabedelo

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal da Paraíba,

Cabedelo/PB – 2020

Reitor

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Silvana Luciene do N. C. Costa

Diretor de Pós-graduação

Deyse Morgana das Neves Correia

Diretor-Geral do Campus Cabedelo

Lício Romero Costa

Diretoria de Desenvolvimento de Ensino

Turla Ângela Alquete de Arreguy Baptista

Comissão de Elaboração do PPC

Elaboração: Paulo Wollinger e Olivier Allain

Colaboradores: Marilza Regattieri, Joelma Kremer, Crislaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Costa Arrevabeni, Danielli Veiga
Carneiro Sondermann, Wesley Vitor da Silva.

Comissão de Elaboração PPC Campus Cabedelo

Paula Renata Cairo do Rego,

Anrafel de Souza Barbosa,

Claudiene Fátima de Souza Hermida,

Lucyana Sobral de Souza,

Turla Angela Alquete de Arreguy Baptista

Coordenação do Curso

Paula Renata Cairo do Rego

1. Identificação do Curso:

Nome do Curso	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação 7.08.07.07-8 Ensino Profissionalizante				
UA ¹ Responsável	Campus Cabedelo				
Carga Horária Total	460	Duração (meses)	12	Nº de vagas	500
Modalidade	<input type="checkbox"/> Presencial - <input type="checkbox"/> Semipresencial - <input checked="" type="checkbox"/> A Distância				
Polos	O curso será ofertado em 08 polos				
Outras Instituições participantes	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)				
Período previsto para realização do curso					
<input type="checkbox"/> Oferta Regular – Início em: Dezembro/2020					
<input checked="" type="checkbox"/> Oferta única – Início em: Dezembro/2020 Término em: Dezembro/2021					
Coordenador					
Nome	Paula Renata Cairo do Rego				
E-mail	paula.rego@ifpb.edu.br	Telefone	3248-5413 99930-9999		
Carga horária If	40h	Carga horária dedicação ao curso	16h		
Área de formação	Educação				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8510199135264772				
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>					
<p>Mestre em Educação pela UFPB - 2011, Socióloga DRT/PB 0128, Bacharelado em Ciências Sociais - 2006 e Licenciada em Ciências Sociais -2011 pela UFPB e Bacharel em Direito pela UNIP - 2009. Professora Efetiva do IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Atuante na gestão como Coordenadora da Formação Geral do Campus Cabedelo e Diretora de Desenvolvimento de Ensino substituta - 2017.</p>					

1 UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.

Secretaria do Curso

<i>Servidor responsável pela Secretaria</i>	<i>José de Arimatéia Fontes Filho</i>
<u><i>Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso</i></u>	
<i>Rua Santa Rita de Cássia, 1900 – Jardim Camboinha – Cabedelo – CEP: 58.103-772 –</i>	
<i>(083) 2348-5400 – jose.fontes@ifpb.edu.br</i>	
<u><i>Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria</i></u>	
<i>Seg a Sex das 13:00 às 19:00 h</i>	

2. Caracterização da proposta

1. Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é o desenvolvimento do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) de número 8747, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado Especialização em Docência para EPT, para formação de professores para as ofertas de Educação Profissional nas redes estaduais de educação. Será uma ofertara de curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância, a qual o Campus Cabedelo sediará pelo IFPB, distribuído em 08 Pólos a distância coordenados pala Universidade Aberta do Brasil – UAB difundido em amplo território do estado da Paraíba.

2. Breve histórico da EaD IFPB

Nos termos do artigo 1º do Decreto 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005, a educação a distância “caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tomou a decisão política e estratégica de implantar cursos na modalidade de Educação a Distância visando à formação daqueles que vêm sendo excluídos do acesso a formação profissional por questões de localização ou por indisponibilidade de tempo para frequentar cursos presenciais.

Dois fatores determinaram esta escolha: em primeiro lugar, a percepção e a constatação de que as organizações educacionais no mundo e no Brasil tendem cada vez mais a ampliar a ofertar cursos na modalidade a distância; e em segundo lugar, o conhecimento dos altos índices de exclusão econômica e educacional no Estado da Paraíba, onde a taxa de pobreza relativa é da ordem de 71,4%, o percentual da população na faixa etária de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio é de apenas 17,4% e da população de 18 a 24 anos de ensino superior é da ordem de 4,9%.

Objetivando contribuir para reverter esse quadro de exclusão, a política de Educação a Distância do IFPB, tem como eixo central a ampliação de oportunidades educacionais para os cidadãos paraibanos por meio da oferta de cursos de Extensão de curta duração, cursos de Línguas Estrangeiras, cursos Técnicos, cursos de Bacharelado, cursos de Licenciaturas e cursos de Especialização.

Parcerias

Neste sentido, o IFPB tem desenvolvido suas atividades de Educação a Distância em parceria com a CAPES, com a SETEC, com o Governo do Estado da Paraíba, e outros Entes Públicos comprometidos com socialização e a democratização do conhecimento científico e técnico.

Possui suas diretrizes na Articulação com os Programas Federais de Educação a Distância; Articulação com os Setores Produtivos e Entes Públicos; Articulação com a Reitoria e os campi do IFPB; Expansão contínua da oferta de cursos objetivando atender as demandas de formação profissional no Estado da Paraíba; Garantia de alto padrão de qualidade na oferta de cursos na modalidade a distância.

Sua linha de ação remonta em definir e especificar a estruturação e o funcionamento da Educação a Distância no IFPB com relação a seus objetivos, seu organograma, sua organização física, os processos, a estruturação e formação de pessoal; Estabelecer os princípios didático-pedagógicos e metodológicos de atuação da educação a distância para confecção de materiais de estudo e apoio de tutoria ao discente; Estabelecer os referenciais técnicos e didáticos para criação de mídia e uso de tecnologias no IFPB; Fortalecer a cultura da educação a distância no IFPB; Fomentar e apoiar a integração da educação a distância e presencial; Fomentar e apoiar a oferta de disciplinas a distância nos cursos presenciais; Ampliar o quadro de apoio técnico-administrativo da Diretoria de Educação a Distância e Programas Especiais visando atender com eficiência e rapidez as demandas crescente de serviços; Buscar continuamente a melhoria das instalações e equipamentos dos polos, dos cursos implantados, do suporte técnico para os alunos, e da execução do orçamento para Educação a Distância; Propor e encaminhar para o Conselho Superior regulamento didático para cursos na modalidade a distância; Elaborar e encaminhar para o Conselho Superior do IFPB proposta de regulamentação da carga horária de docentes que atuam na Educação a Distância.

3. Fundamentos para a construção do PPC

1. Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. Trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação. Desdobra-se em cultura e garante a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se **técnica**. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reprodutível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a esta definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite.

Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estamos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foram empregadas para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem técnicas, também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas, de modo que Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

2. Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então,

por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos, etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne + logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia, etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-as. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isto. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

3. Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito, etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceitualização que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN et al, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não pára de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começemos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin et al (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do electricista ou do pedreiro revelam ainda um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, onde o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26): os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER,

1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países, etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

4. Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

5. A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela

responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Também incorre-se na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

6. *Princípios Educacionais*

Este Projeto Pedagógico considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- *O trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana.*
- *Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional.*
- *Pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.*
- *Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional.*
- *A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.*
- *A técnica como propriedade adjetiva humana de intervenção no mundo para a produção da existência.*
- *A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações.*
- *A formação como inserção de atores em comunidades de prática.*
- *A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana.*
- *Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando a formação profissional e a transformação social.*
- *Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional.*
- *Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EP.*
- *Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular.*
- *Interprofissionalidade como componente da formação profissional.*
- *Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores,*

buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir.

- *Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante.*
- *Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional.*

4. Viabilidade técnica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa. O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro(s). Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: desde quem concebe e elabora o material didático a quem cuida para que esse material chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao tutor, do autor ao tecnólogo educacional (designer instrucional).

Nesse sentido, é possível entender que a educação à Distância pressupõe a existência de uma gama de atores para que seja possível a oferta de cursos como a Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Dentre esses sujeitos pode-se citar como principais: os próprios estudantes matriculados no curso, professores conteudistas, professores formadores, tutores, coordenador de curso, coordenadores de Polo, coordenadores de tutoria, assistentes à docência, a equipe de apoio técnico e logístico, entre outros. Os professores conteudistas são responsáveis pela elaboração dos materiais didáticos básicos utilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e disponibilizados aos alunos, tanto em formato digital quanto impresso. Já os professores formadores podem ter as atribuições de ofertar os componentes curriculares, bem como conduzir orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Através do Programa Universidade Aberta do Brasil, podem ser concedidas, mediante os princípios da publicidade e da impessoalidade, bolsas a vários desses atores, participantes ativos no processo de preparação e execução de cursos no âmbito da UAB (Portaria Capes nº 183/2016, de 21 de outubro de 2016; e Instrução Normativa Capes nº 02/2017, de 19 de abril de 2017). O material didático constitui um pilar importante deste processo e serão disponibilizado na plataforma, assim como suas atividades propostas serão desenvolvidas no ambiente virtual.

Para o bom andamento das atividades pedagógicas, torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários polos do curso e o IFPB. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica no IFPB, com a garantia de manutenção da equipe multidisciplinar para orientação nos diferentes componentes curriculares/áreas do saber que compõem o curso; além da designação de coordenador, responsável pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso, e de suporte ao ambiente virtual de aprendizagem. O AVA, pilar importante, estimulará a interatividade como fator relevante para o sucesso do curso.

Nesse sentido, o uso de textos objetivos, mas densos teoricamente, e pesquisas induzidas deve ser fortemente estimulado, podendo ser realizadas nos polos de apoio presenciais do IFPB, nos ambientes, espaços e laboratórios das escolas. É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência, e que os estudantes devem ser informados desde o início sobre o seu percurso. Por isso, ao se matricularem, os estudantes têm acesso, no ambiente virtual, ao Projeto Pedagógico do Curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade, além do calendário de atividades dos

módulos.

O estudante enviará as atividades e manterá contato com seus tutores utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico. No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos estudantes suportes administrativo, pedagógico, cognitivo e motivacional, propiciando-lhes clima de autoaprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o estudante compreenda que a educação a distância é educação permanente, contínua e que, dadas as suas características, faz-se imprescindível a organização de um sistema que ofereça aos estudantes as condições para que efetuem sua formação profissional.

A carga horária total do curso será de 460 horas. O público-alvo é constituído por professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, em disciplinas da educação profissional, das redes públicas de ensino (municipal, estadual/distrital e federal).

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso será composto por oito disciplinas obrigatória e uma optativa, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC) do curso. As disciplinas serão realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (*online*). As oito atividades acontecerão ao longo do ano letivo, conforme cronograma de atividades do curso e contarão com a atuação do Professor formador, Professores mediadores/tutores e orientadores de TFC, no atendimento aos cursistas.

Durante o curso, os cursistas serão orientados a desenvolver o Trabalho de Conclusão Final, que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante. Os resultados serão qualificados e quantificados, com notas variando em uma escala de 0 a 100, estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final, em cada componente curricular, de, no mínimo, 70 pontos.

5. *Justificativa*

1. *Exigência Legal*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam para a formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio

realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais, preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

2. Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento desta modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional reside na possibilidade aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão, soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo Brasil, ampliará as ações empreendedoras, agregará valor a produtos e serviços, melhor elaborados, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira. Os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e especialmente sintonizado às demandas formativas dessa modalidade.

O presente curso, insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando

os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

6. *Objetivo Geral*

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica será financiado pelo Ministério da Educação e objetiva capacitar profissionais da educação da rede pública dos entes federados e da União para lecionar nas ofertas da Educação Profissional, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional.

7. *Objetivos Específicos*

- *Capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio.*
- *Estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional e Tecnológica*

como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos.

- *Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.*

8. *Público-alvo*

O público-alvo é constituído por professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, em disciplinas da educação profissional, das redes públicas de ensino (municipal, estadual/distrital e federal) e profissionais da educação profissional das Redes Estaduais e, no caso de vagas remanescentes poderão estender aos demais graduados que possuam interesse em atuar na Educação Profissional.

9. *Perfil do Egresso*

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- *preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;*
- *lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;*
- *elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;*

- *elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;*
- *aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;*
- *participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;*
- *planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;*
- *organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;*
- *inserir-se no campo de estudo "Educação Profissional", por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;*
- *planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos aos componentes curriculares trabalhados.*

10. Infraestrutura

O curso será ofertado através do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB e ministrado a partir de plataforma própria da instituição, AVA-IFPB. O IFes ficará responsável pelo planejamento e a produção de materiais digitais para o curso, enquanto Campus Cabedelo será o responsável pela gestão acadêmica.

1. Instalações gerais e equipamentos

Quanto à infraestrutura física, o IFPB prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, nos diversos pólos, com eliminação de barreiras arquitetônicas.

Para este curso será disponibilizado um espaço para a coordenação do curso, o apoio Pedagógico e o assistente em Secretário Escolar (registro acadêmico) registro acadêmico e não haverá necessidade de construção. Pois o Campus Cabedelo do IFPB possui plenas condições físicas para ofertar cursos na modalidade a distância, sejam eles cursos técnicos, superiores ou cursos de pós-graduação, ofertando cursos técnicos e FIC nessa modalidade desde o ano 2015. A discriminação a seguir apresenta a estrutura física necessária, e já existente, ao funcionamento do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade à distância:

Quantidade Espaço Físico/Descrição:

01 Sala de Aula Área de 64 m², com 40 carteiras, disponibilidade de projetor multimídia, computador interativo, televisor e quadro

01 Auditório Área de 64 m², com 134 lugares, disponibilidade de projetor multimídia, computador interativo, sistema de caixas acústicas e microfones.

01 Biblioteca com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos e sala de projeções com 38 lugares mais 02 espaços exclusivos para cadeirantes.

01 Laboratório de Informática Ead Área de 64 m², com 20 máquinas (02 por bancada), softwares, com disponibilidade de projetor multimídia.

01 Sala de atendimento de tutoria

01 Sala de professores e tutores

01 Sala de Coordenação do Polo e secretaria acadêmica

01 Laboratório de Estudos de Informática (Biblioteca Virtual) Com computadores e acesso à internet, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por discentes.

O Campus Cabedelo do IFPB apresenta infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99. As atividades acadêmicas dessa unidade educacional são desenvolvidas em prédios com ampla área livre, e diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, refeitório, biblioteca e estacionamento próprio.

Os laboratórios de Informática Ead são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede interna e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

De acordo com a necessidade para funcionamento de aulas do curso de especialização, o Campus possui salas de aula disponibilizadas dotadas de quadros brancos, computador interativo ou projetor multimídia, acesso Wi-Fi, garantindo conectividade com a rede mundial de computadores (internet), em ambientes climatizados com sistema de ar condicionado e iluminação natural e artificial.

O atendimento a pessoas com necessidades específicas é garantido na instituição através da existência e atuação do Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que corresponde também ao núcleo de acessibilidade previsto no Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, entre outras providências. Com a criação do Plano de Acessibilidade, através da resolução CS Nº 204/2015, fica evidenciada a institucionalização das ações de inclusão do IFPB, inclusive fazendo observância ao cumprimento da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata da proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em articulação com o projeto de acessibilidade visual e colocação do piso tátil, além de orientar as ações que o instituto deve adotar.

2. Polos de apoio presencial

Cada instituição será responsável pelo processo de seleção, por meio do Edital de Adesão ao Especialização em Docência para EPT, para oferta em polos UAB. Ao longo do curso haverá no mínimo oito atividades avaliativas. As avaliações e demais atividades serão acompanhadas, pelo Coordenador de Polo e pelos Professores Mediadores (Tutores a Distância).

2.10.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisa. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma de educação a distância. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato "PDF".

3. Corpo Docente e Técnico do Curso

Para a execução desta proposta, a equipe multidisciplinar será selecionada pela própria instituição. O corpo docente, o corpo técnico e o coordenador do curso serão selecionados por critérios da própria instituição.

O Quadro 1 detalha os atores e a descrição das atividades a serem desenvolvidas no IFPB.

Quadro 1 - Papéis necessários para o desenvolvimento da proposta

Bolsistas	Áreas de atuação e atividades no projeto
<p>Professores Formadores</p>	<p>Conhecer o projeto pedagógico do curso, sua organização, estrutura e funcionamento, o material didático das disciplinas e a metodologia de ensino; Adequar as necessidades específicas do público-alvo à oferta dos cursos; Elaborar conteúdos, sejam virtuais ou impressos, além da construção/ escolha dos recursos para a sua sala virtual. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias para a linguagem da modalidade a distância e para os alunos com necessidades específicas. Acompanhar as atividades pedagógicas dos Professores mediadores e estudantes. Atuar de forma gerencial, no acompanhamento da execução da disciplina, monitorando o trabalho dos Professores mediadores e a correção das atividades avaliativas. Propiciar espaço de acolhimento e debate com os estudantes no AVA, Preparar a sala virtual da disciplina de acordo com as definições e orientações padrões do programa; Participar dos encontros com a coordenação do curso e/ou coordenadores geral e adjunto, quando houver; Acompanhar os professores mediadores (presenciais e a distância) no AVA dando suporte diário; Realizar reuniões semanais com os professores mediadores a distância para acompanhamento da disciplina; Esclarecer as dúvidas dos professores mediadores (presenciais e a distância), com resposta em, no máximo, 48 horas; Substituir o professor mediador a distância, quando necessário; Orientar os alunos para estudo a distância, buscando mostrar a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem; Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos alunos e outros procedimentos na plataforma, acessando o AVA com regularidade</p>
<p>Professores Tutores</p>	<p>Acompanhar os alunos em todos os componentes curriculares do curso; Orientar os alunos quanto às estratégias de estudo a distância; Apoiar os estudantes no estudo dos conteúdos específicos, esclarecendo suas dúvidas, indicando técnicas alternativas de aprendizagem, recomendando leituras, pesquisas e outras atividades; Organizar, acompanhar e executar as atividades do curso; Apoiar e orientar os alunos no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos alunos e outros procedimentos na plataforma, acessando o Ambiente Virtual de Aprendizagem com regularidade diária (finais de semana fica desobrigado quando não houver atividades presenciais); Acompanhar constantemente as atividades do professor formador; Acompanhar as atividades do Estágio/Atividades Práticas, quando houver; Acompanhar atividades presenciais no polo para o qual foi designado, quando convocado; Cumprir com pontualidade os horários de atendimento presencial de acordo com o cronograma fornecido pela coordenação geral do programa; Disponibilizar e cumprir horário semanal para atendimento online, aos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem; Emitir e encaminhar relatório ao professor formador, sobre as dificuldades que os alunos apresentam em relação aos tópicos das disciplinas e ao respectivo material didático, para que possam ser planejadas estratégias de superação; Emitir relatório semanal, quando solicitado, com registros da participação dos alunos, suas principais dúvidas e respectivas orientações; Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de mediação e/ou coordenação de curso; • Propor formas auxiliares de estudo; Pesquisar e disponibilizar objetos de aprendizagem na plataforma; Participar de reuniões convocadas pelo professor formador e/ou pela coordenação de curso e/ou pela coordenação geral; Mediar a comunicação de</p>

	<p>conteúdos entre professores e alunos; Realizar plantões em pelo menos 8 horas semanais, para elaboração de relatórios de acompanhamento, reuniões, plantões de dúvidas, apoio às coordenações de polo, curso, mediação e programa; Corrigir as atividades a distância dentro de um prazo de até 72 horas a contar da data de finalização da atividade, ou a critério da coordenação de curso e/ou coordenação de mediação; Colaborar com a coordenação de curso na avaliação dos estudantes; Participar de atividades de capacitação e atualização promovida pelo IFPB; Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor formador; Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 48 horas (excluído, sábado domingos e feriado); Participar do planejamento e/ou execução dos encontros, em data e horário definidos pela coordenação de curso, inclusive em finais de semana; Realizar outras atividades típicas de mediação de mediador a distância; Entregar mensalmente, folha de ponto e relatório de desempenho das suas funções desenvolvidas, conforme modelo disponibilizado pela coordenação geral do programa, assinado, sob pena de suspensão/não recebimento da bolsa; Atender as demais atividades acadêmicas, e administrativas, designadas pela coordenação do curso, e/ou Geral do Programa e a Diretoria de Educação a Distância.</p>
<p>Coordenador de Curso</p>	<p>Coordenar e acompanhar o curso em observância à execução dos componentes curriculares tal qual descrito no Projeto Pedagógico do Curso (PPC); Realizar e acompanhar a gestão acadêmica dos alunos e das turmas do curso; Elaborar e acompanhar a execução do PPC; Realizar e acompanhar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de capacitação dos profissionais envolvidos no curso em conjunto com a coordenação adjunta e geral do programa; Coordenar e acompanhar o curso e as atividades de cada disciplina/docente; Realizar a gestão acadêmica das turmas; Acompanhar e supervisionar as atividades dos professores formadores, mediadores a distância e presencial, e coordenadores de polo envolvidos com o curso sob sua responsabilidade; Elaborar o cronograma e calendário acadêmico de aulas e logística da execução do curso em conjunto com as coordenações adjunta e geral do programa; Reunir-se periodicamente com a equipe de professores formadores; Acompanhar as atividades em conjunto com os professores formadores e professores mediadores presenciais e/ou a distância; Orientar, supervisionar, acompanhar e assinar os relatórios de desempenho dos professores formadores; Acompanhar os prazos de postagens dos materiais no AVA, procurando manter atualizadas as planilhas a fim de evitar atrasos; Organizar, orientar e supervisionar a elaboração e aplicação de todas as avaliações do(s) curso(s); Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP); Elaborar e encaminhar o relatório final de cada componente curricular às coordenações adjunta e geral se houver; Elaborar e encaminhar relatório final de cada curso sob sua responsabilidade, à Direção da Ead; Entregar mensalmente, folha de ponto e relatório de desempenho das suas funções desenvolvidas, conforme modelo disponibilizado pela UAB, assinado, sob pena de suspensão/não recebimento da bolsa; Atender as demais atividades acadêmicas, e administrativas, designadas pelas setores envolvidos no curso e Direção de Desenvolvimento de Ensino do Campus e a Diretoria de Educação a Distância.</p>

Para o êxito deste programa é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores e os Professores mediadores, que serão responsáveis pela elaboração do conteúdo e pela comunicação com os estudantes, respectivamente.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em muito, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a capacitação do professor formador.

No caso dos mediadores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didáticos-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância.

Com a experiência do IFPB de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo, a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada envolvendo a metodologia utilizada pelo IFPB ocorre uma falta de conhecimento dos professores e Professores mediadores sobre ferramentas e formas de utilização destas.

Assim, faz-se necessária uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos neste projeto de formação a distância desenvolvido pelo IFPB, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA utilizado, como também, as amplas relações e idiosincrasias tecidas e que são inerentes a educação a distância. É a partir dessa concepção que esta formação possui um valioso papel.

2. Corpo Docente

<i>Perfil do Professor</i>	<i>Disciplina</i>
<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em cursos na modalidade a distância.</i>	<i>Ambientação em Educação a Distância</i>
<i>Licenciatura em Pedagogia ou em Sociologia com pós-graduação stricto sensu em Educação ou Ensino reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	<i>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</i>
<i>Licenciatura em Pedagogia ou em Psicopedagogia com pós-graduação stricto sensu em Educação ou Ensino reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica</i>
<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima</i>	<i>Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica</i>

<i>comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	
<i>Licenciatura em Pedagogia com pós-graduação stricto sensu em Educação ou Ensino reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	<i>Didática Profissional</i>
<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão em Educação Profissional e Tecnológica.</i>	<i>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</i>
<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto sensu em Educação Especial/Inclusiva ou áreas afins reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão na área de práticas inclusivas</i>	<i>Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</i>
<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão em Educação Profissional e Tecnológica.</i>	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas</i>
<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão em Educação Profissional e Tecnológica.</i>	<i>Trabalho Final de Curso</i>
<i>Licenciatura ou Bacharelado em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua com pós-graduação reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	<i>Libras (Optativa)</i>

Nome		Titulação Máxima	
UA (Lotação) ou Instituição de Origem		Cargo	
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE,		Carga Horária dedicação ao curso	
Situação: Ativo, aposentado, licenciado		Link do Currículo Lattes	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>			

Os Professores Formadores e Tutores serão selecionados por edital público e poderão ser Professores Orientadores, poderá haver chamada pública para suprir a necessidades de Orientadores.

3.3. Corpo Técnico do Curso:

O corpo técnico do curso, formado por Designer Educacional, Apoio Pedagógico , Revisor de Texto, Assistente de Design Gráfico e Tradutor e Intérprete de Libras. O material será utilizado o preparado pelo lfes e a equipe do corpo técnico ligado ao curso que não esteja diretamente envolvido na produção do material será selecionado mediante editais públicos, no caso, Professor Formador, Professor Tutor e Coordenador de Curso. As demais necessidades serão cumpridas pelo Campus Cabedelo e Diretoria de Educação à Distância do IFPB.

4. Coordenação e Corpo Docente do Curso

- *Coordenador de Curso: responsável pelas atividades operacionais da oferta do curso.*
- *Corpo Docente – Professores Formadores: será disposto por Edital*
- *Corpo Docente- Professores Tutores: será disposto por Edital*

4. Matriz Curricular

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

1. Componentes Curriculares:

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Professores(as) Responsáveis	Obrigatória ou Optativa	Carga Horária
MÓDULO I Primeiro Semestre (Certificação: Fundamentos da EP)	<i>Ambientação em Educação a Distância</i>	<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em cursos na modalidade a distância.</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>20</i>
	<i>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</i>	<i>Licenciatura em Pedagogia ou em Sociologia com pós- graduação stricto sensu em Educação ou Ensino reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>60</i>
	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a</i>	<i>Licenciatura em Pedagogia ou em Psicopedagogia com pós-graduação stricto sensu em Educação ou Ensino reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>60</i>
	<i>Educação Profissional e Tecnológica</i>			
MÓDULO II	<i>Tecnologias educacionais para a Educação</i>	<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>60</i>

Primeiro Semestre (Certificação: Didática e Tecnologias educacionais em EPT)	<i>Profissional e Tecnológica.</i>	<i>qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>		
	<i>Didática Profissional</i>	<i>Licenciatura em Pedagogia com pós-graduação stricto sensu em Educação ou Ensino reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior.</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>60</i>
MÓDULO III Segundo Semestre (Certificação: Planejamento e inclusão em EPT)	<i>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</i>	<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão em Educação Profissional e Tecnológica.</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>60</i>
	<i>Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto sensu em Educação Especial/Inclusiva ou áreas afins reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão na área de</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>40</i>

		<i>práticas inclusivas</i>		
	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas</i>	<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão em Educação Profissional e Tecnológica</i>	<i>Obrigatório/EaD</i>	<i>40</i>
Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	<i>Trabalho Final de Curso - Intervenção Pedagógica</i>	<i>Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área com pós-graduação stricto-sensu reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano em atividades de pesquisa e/ou extensão em Educação Profissional e Tecnológica.</i>	<i>Obrigatória/EaD</i>	<i>40</i>
	<i>Libras</i>	<i>Licenciatura ou Bacharelado em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua com pós-graduação reconhecida pelo MEC; experiência mínima comprovada de 01 (um) ano no magistério superior</i>	<i>Optativa/EaD</i>	<i>20</i>
<i>Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão</i>				<i>440</i>
<i>Total de Carga Horária de Disciplina(s) Optativa(s) a ser cumprida ou dispensada</i>				<i>20</i>
<i>Carga Horária Total do Curso</i>				<i>460</i>

1. Certificações Intermediárias

Este curso é composto por três módulos didáticos com suas respectivas certificações intermediárias, desenvolvidos ao

longo de um ano letivo. Ao aluno que integralizar todos os componentes curriculares será conferido Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica:

Módulo 1 - Certificação em Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica

Módulo 2 - Certificação em Didática e Tecnologias na Educação Profissional e Tecnológica Módulo 3 -

Certificação em Planejamento e Inclusão em Educação Profissional e Tecnológica

Completando os módulos 1 e 2 o aluno poderá requerer o Certificado de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Para obter a Certificação Intermediária, o aluno deverá requerer à Coordenação do Curso, via formulário específico, o respectivo certificado, após aprovação em todos os componentes daquele módulo. Portanto não serão emitidos automaticamente os certificados, apenas para aqueles alunos que solicitarem, especialmente os alunos que, eventualmente, não puderem dar continuidade ao curso, mas têm direito a uma certificação intermediária.

2. Certificação

O aluno com Certificado de Especialista emitido neste curso, estando em efetivo exercício da docência na Educação Profissional e Tecnológica, sendo portador de diploma de curso superior de tecnologia ou curso de bacharelado, sintonizados às formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 40 da Resolução CNE/CEB 06/2012. O requerimento de diplomação deverá seguir a regulamentação vigente no âmbito do IFPB.

2. Ementário

<i>Nome Componente ou Disciplina: Ambientação em Educação a Distância</i>	
<i>Carga Horária⁵: 20h</i>	<i>Obrigatória</i>
<i>Objetivos</i>	
<i>Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.</i>	
<i>Ementa</i>	
<i>Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.</i>	
<i>Conteúdo</i>	
<i>Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de</i>	

Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

5 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica⁶

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

LITTO, M.F.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.

Bibliografia Complementar:

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

BEHAR, Patricia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018. CORREIA,

Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

MAIA, C. S. R.; MATTAR, J. **ABC da EAD**. v. 1. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Uma Visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 398 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Sistemas de Aprendizagem On-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 433 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ⁷ : 60h	Obrigatória
Objetivos	

⁶ Observar artigo 3.5, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

⁷ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo "Educação Profissional", por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e praxis.
Ementa
<p>Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural.</p> <p>Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla.</p> <p>História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX.</p> <p>Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.</p>

Conteúdo
<p><i>Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.</i></p>
Metodologia e Recursos Utilizados
<p><i>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</i></p>
Avaliação da Aprendizagem
<p><i>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</i></p> <p><i>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas</i></p>
<p><i>escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</i></p>
Bibliografia Básica ⁸
<p><i>ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</i></p> <p><i>BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.</i></p> <p><i>BARATO, J. N. Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.</i></p> <p><i>CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017.</i></p> <p><i>MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto</i></p>

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARDOSO, Rafael. *A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. 19&20*. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

CARDOSO, Rafael. *A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. 19&20*. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. *Trabalho e Ergologia*. Conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: EDUFF, 2007.

FALZON, P. *Ergonomia*. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. 5 vol. Rio de Janeiro: SENAI-DN-DPA, 1986.

FREITAS, Lucas. O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelíce: uma análise sócio-histórica. *Quaestio*, Sorocaba, v.12, p. 81-91, nov. 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. *Revista Vértices*, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. *Trabalho & Educação*, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.
GÜÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. *La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

⁸ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

HOLLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. *PNAD 2014: Síntese de Indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory Life: the construction of scientific facts*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986.

LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge, MA:

Cambridge University, 1991.

MONTMOLLIN, M.; DARSEES, F. **A ergonomia**. 2ª. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011. MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Rev. Bras. de Estud. Pedagóg.** [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.;

WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua "História do ensino industrial no Brasil". **Revista brasileira de história da educação**, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2002.

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

SIGAUT, F. Haudricourt et la technologie (Préface). In: HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, F. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail... **Techniques & Culture**, 5253: 4049. 2009. Disponível em: <<https://tc.revues.org/4770>>. Acesso em: 03 maio 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. São Paulo: Contraponto, 2005. v. 1 e 2.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998a.

WENGER, E.; MCDERMOTT, R.; SNYDER, W. M. **Cultivating Communities of practice: a guide to managing knowledge**. Boston: Harvard Business School, 2002.

WISNER, Alain. **A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia**. Trad. Roberta Leal Ferreira. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome Componente ou Disciplina: **Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária⁹: 60h

Obrigatória

Objetivos

- *Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de a aprendizagem;*
- *Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas;*
- *Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.*

9 *Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.*

<i>Ementa</i>
<i>Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.</i>
<i>Conteúdo</i>
<i>Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner.</i>
<i>Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).</i>
<i>Metodologia e Recursos Utilizados</i>
<i>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</i>
<i>Avaliação da Aprendizagem</i>
<i>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</i>
<i>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</i>

Bibliografia Básica¹⁰

BARBIER, J.-M. **Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios**. Brasília: Liber Livro, 2013.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A *Didática Profissional*. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.;

WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁰ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Bibliografia Complementar

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. Rio de Janeiro:

Boletim Técnico Senac, v. 39, n. 2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>

BECKER, F. Aprendizagem: concepções contraditórias. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética**. v. 1, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2008. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/552>>. Acesso em 8 ago. 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BILLETT, S. **Aprendendo profissões pela prática: currículo, pedagogia e epistemologia da prática**. Dep. of Education and Professional Studies, Griffith University, Australia, 2018. Brochura resumo da teoria produzida no âmbito da pesquisa "Enhancing practice-based learning experiences: towards a curriculum, pedagogic and epistemology of practice", trad. Olivier Allain, Crislaine Gruber, Paulo Wollinger. Disponível em: <<https://vocationsandlearning.wordpress.com/resources/>>

BILLETT, S. Learning through practice: beyond informal and towards a framework for learning through practice. In: **Revisiting global trends in TVET: Reflections on theory and practice** (pp. 123–163). Germany: UNESCO, 2013.

BILLETT, S. Personal epistemologies, work and learning. **Educational Research Review**, Griffith University, Queensland, Australia, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2009.06.001>

BOTTI, Sérgio Henrique de Oliveira; REGO, Sergio. **Processo ensino-aprendizagem na residência médica**. Revista Brasileira de Educação Médica. v. 34, n. 1, p.132- 140, mar. 2010.

BOURGEOIS, E.; DURAND, M. **Apprendre au travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

BRANCO, M. A. R. da V. *Aprendizagem de Adultos - Andragogia*. In: COLOMEISCHI, Aurora Adina. **Programa de Intervenção Social e Psicopedagógica para Pais**. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2016.

BÜNNING, Frank. **Approaches to Action Learning in Technical and Vocational Education and Training (TVET)**. Bonn: Inwent, 2007. Disponível

em: <http://www.unevoc.unesco.org/fileadmin/user_upload/pubs/ActionLearning.pdf> Acesso em: 18 out. 2018.

CALVO, L. C. S. *Comunidades de Prática: revisão dos estudos seminais e dos desenvolvidos na área de formação e atuação docente*. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 20/1, p. 186-217, abr. 2017.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: Estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CESCON, Everaldo. *Cognição situada e aprendizagem em contextos escolares*. **Itinerário educativo**, ano xxx, n.º 68, jul.-dez. 2016, pp. 37-50. Disponível em:

<<http://revistas.usbbog.edu.co/index.php/Itinerario/article/download/2946/2533/>>

COELHO, Marcos Antônio; DUTRA, Lenise Ribeiro; MARIELI, Joane. *Andragogia e heutagogia: práticas emergentes na educação*. **Revista Transformar**, n. 8, 2016, Itaperuna, RJ. Disponível em:

<<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/87>>

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1991.

LAVE, Jean. *Aprendizagem como/na prática*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p.37-47, dez. 2015.

MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e. *Discutindo a aprendizagem sob a perspectiva da teoria ator-rede*. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 177-190, abril de 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100012&lng=en&nrm=iso>

MJELDE, Liv. *Aprendizagem por meio de práxis e compartilhamento: Lev Vygotsky e a Pedagogia da Educação Profissional*. **B. Tec. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 41 n. 3, p. 30-53, set./dez.

2015.

Disponível

em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/ecef/6bf8b7d71e1fcb0c46356cced005e0952515.pdf>>

MULLER, B. C.; CAMPOS, C. R. P.; SOUZA, M. A. V. F. de. *Inteligências múltiplas: alternativa para as diversas formas de aprendizagem*. In: SOUZA, M. A. V. F. de.; SAD, L. A.; THIENGO, E. R. **Aprendizagem em diferentes temas: uma abordagem introdutória**. Vitória, ES: Ifes, 2015. Disponível em:

<https://educimat.cefor.ifes.edu.br/images/stories/Publica%C3%A7%C3%B5es/Livros/Livro-2-Aprendizagem-em-diferentes-temas_2016.pdf#page=77>PETTY, Geoffy. **Twenty Five Ways for Teaching Without Talking: presenting students with new material**. Sutton Coldfield College, fev. 2002. Disponível em: <<http://geoffpetty.com/forteachers/active-learning/>>. Acessado em: 01 abr. 2018.

RIBEIRO, Luis R. de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SCHÓN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOARES CARVALHO, M. J. (2013). *Proposições e controvérsias no conectivismo.* RIED. **Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, volumen 16, nº 2, pp. 09-31. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/ried/article/download/9903/9446>>.

TOURMEN, Claire et al. *The Piagetian Schème: a Framework to Study Professional Learning Through Conceptualization.* **Vocations And Learning**, [s.l.], p.1-22, 10 mar. 2017. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s12186-017-9174-y>.

VERGNAUD, G. *Au fond de l'action, la conceptualisation.* IN: BARBIER, J.-M. (Org.) **Savoirs théoriques et savoirs d'action.** Paris: PUF, 1996. pp. 275-292.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity.** Cambridge, MA: Cambridge University, 1998a.

WESTERN AUSTRALIA, Department of Training and Workforce Development (DTWD). **Designing assessment tools for quality outcomes in VET.** Perth, ed. 4. Government of Western Australia, 2013. Disponível em: <<https://www.voced.edu.au/content/ngv%3A65904>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

WITT, Diego Teixeira; ROSTIROLA, Sandra Cristina. *Conectivismo Pedagógico: novas formas de ensinar e aprender no século XXI.* **Revista Thema**, v. 16, n. 4, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Pelotas/RS - Brasil, 2019.

Nome Componente ou Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ¹¹ : 60h	Obrigatória
Objetivos	
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.	
Ementa	
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.	
Conteúdo	
Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais:	

¹¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Commons.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹²

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. São Paulo: Penso Editora, 2015.

BATES, T. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>.

CREATIVE COMMONS BR. **Licenças Creative Commons**. Disponível em:

<<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PONTES, E. **O que é esse tal de copyright?**. 2017. Disponível em: <<https://eadbox.com/copyright/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

Bibliografia Complementar

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. **Tecnologias na Educação**. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil**: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. **Educação a Distância**: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). **Conceito de recursos educacionais abertos**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Didática Profissional	
Carga Horária ¹³ : 60h (40h teórica e 20h prática)	Obrigatória
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica; • Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT; • Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional. 	
Ementa	
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da didática para a Educação Profissional. • Didática Profissional. • A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. • Atividade Pedagógica na Educação Profissional. • Planejamento do ensino na Educação Profissional. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. • Avaliação na Educação Profissional : funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. • Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho. 	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas	

do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

13 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁴

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:

<https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". **Revista Acadêmica da Unigranrio**. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. *Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional*. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BÉGUIN, P.; WEILL-FASSINA, A. "Da simulação das situações de trabalho à situação de simulação". In: Duarte, F. (Org.). **Ergonomia e Projeto na indústria de processo contínuo**. Editora Lucerna: Rio de Janeiro, 2002.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:

<https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

14 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

GUDWIN'S, Ricardo. **Aprendizagem ativa**. (Homepage). Unicamp, 2018. Disponível em: <<http://faculty.dca.fee.unicamp.br/gudwin/activelearning>>. Acessado em: 06 abr. 2018.

MATTAR, João. **Metodologías ativas para a educação presencial blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MJELDE, L. **Las propiedades mágicas de la formación en el taller**. Montevideu: OIT/Cinterfor, 2015. Disponível em:

<https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/propiedadesmagicas_web.pdf>

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza. Avaliação do aprendiz em EAD. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson do Brasil, 2009.

RIBEIRO, Luis E. de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas: uma experiência no ensino superior**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

UNESCO. **Enseñanza y formación técnica y profesional en el siglo XXI**. Recomendaciones de la Unesco. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126050_spa>

WEILL-FASSINA, A.; PASTRÉ, P. **As competências profissionais e seu desenvolvimento**. In: FALZON, P. *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007.

ZANONA, Roberta Castaldoni. **Educar por competências na formação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza. 2015.

Nome Componente ou Disciplina: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ¹⁵ : 60h	Obrigatória
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none">• Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância.• Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA.• Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.	
Ementa	
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none">• Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.• Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP.• Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional.• Educação por competências: conceitos e abordagens.• Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional.	

¹⁵ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

<ul style="list-style-type: none">• Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico de certificações profissionais.• Currículo de PROEJA.• Formação laboral como atividade de extensão.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁶

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, consulta em 06/03/2020.

JONNAERT, Philippe. **Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico**. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). **Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional**. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1.

Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>.

GRUBER, Crislaine. **ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional**. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

Bibliografia Complementar

GRUBER, Crislaine et al. **Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura**. **Boletim Técnico do Senac**, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). **Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education**. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. **DACUM Handbook**. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press., 1997.

PASTRÉ, Pierre. **A análise do trabalho em didática profissional**. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber.

¹⁶ Observar artigo 3.5, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Nome Componente ou Disciplina: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ¹⁷ : 40h	Obrigatória
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> • Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. • Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. • Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência. • Conhecer as demandas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação profissional e as atribuições do professor de AEE. 	
Ementa	
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> • Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas • O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência • A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. • Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas • Propostas curriculares inclusivas: adequações curriculares e metodológicas • Avaliação no processo ensino-aprendizagem • Acessibilidade e tecnologias • O atendimento educacional especializado 	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).	

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com

17 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁸

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em:

<https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais**. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. 1 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913>. Acesso em: 04 abril 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em:<

http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. *Lutas Sociais*, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO FILHO, T. Favorecendo práticas pedagógicas inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva. In: NUNES, L. R. O. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (orgs.). **Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa**. Marília: ABPEE, 2011, p. 71-82. Disponível em:

<www.galvaofilho.net/ta_inclusiva.pdf>.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em:< <https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar:

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e**

Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em

<[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)><http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK>
"<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>>"ndex.php
/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" [HYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)
"<http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"<http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf>".

Acesso em: 18 de maio de 2018.

18 Observar artigo 3.5, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. [Minha Biblioteca]

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil: da Exclusão à Inclusão Escolar**.

Pedagogia ao Pé da Letra, março de 2011. Disponível

em:<<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, S.P: Junqueira & Marins, 2013.
PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais** / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VALLE J. W. & CONNOR, D. J. (2014). **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. McGraw-Hill Editora, 240p.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão** (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola**. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

VALLE J. W. & CONNOR, D. J. (2014). **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às**

Nome Componente ou Disciplina: Pesquisa e Extensão Tecnológicas	
Carga Horária ¹⁹ : 40h	Obrigatória
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. • Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. • Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. • Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. • Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. • Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho. 	
Ementa	
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A	

¹⁹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (Lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. • O trabalho como princípio educativo. • A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. • Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional. • Inovação e seu papel tecnológico e social. • A extensão nos currículos escolares. • A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica²⁰

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: **XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador.** São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. **Revista Espacios**, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, André Ferreira. **Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades.** Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo.

Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:

²⁰ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

<https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politicas_Publicas>

BMEC. **Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada.** 2014. Disponível em:

<<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. **Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

Nome Componente ou Disciplina: Projeto de Intervenção na Prática Docente	
<i>Carga Horária</i> ²¹ : 40h (20h teórica e 20h prática)	Obrigatória
<i>Objetivos</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional</i> • <i>Compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP</i> 	
<i>Ementa</i>	
<i>Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.</i>	
<i>Conteúdo</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Construção do Projeto de intervenção;</i> • <i>Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional;</i> • <i>Implementação do Projeto de intervenção</i> • <i>Elaboração de relatório de atividades</i> 	
<i>Metodologia e Recursos Utilizados</i>	
<i>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</i>	
<i>Avaliação da Aprendizagem</i>	
<i>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</i>	
<i>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas</i>	

²¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica²²

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. **Observações em sala de aula, algumas percepções.** *Colloquium Humanarum*, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação.** Brasília: Plano, 2003.

Bibliografia Complementar

DTE. **Design Thinking para educadores.** Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

Nome Componente ou Disciplina: Libras	
Carga Horária ²³ : 20h	Optativa
Objetivos	
<p>Objetivo geral:</p> <p><i>Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais.</i></p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as concepções clínica e antropológica sobre a surdez; • Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos; • Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais; • Conhecer aspectos gramaticais da Libras; • Introduzir a prática da Língua Brasileira de Sinais nos contextos de comunicação; 	
Ementa	
<p><i>Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.</i></p>	
Conteúdo	
<p><i>Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A</i></p>	

<i>Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.</i>
<i>Metodologia e Recursos Utilizados</i>
<i>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o</i>

22 *Observar artigo 3.5, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.*

23 *Distinuir carga horária teórica e prática, se for o caso.*

<i>professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</i>
<i>Avaliação da Aprendizagem</i>
<i>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</i>
<i>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</i>
<i>Bibliografia Básica²⁴</i>
<i>FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995</i>
<i>GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009..</i>
<i>FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mima Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008.</i>
<i>LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.</i>
<i>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010</i>
<i>Bibliografia Complementar</i>
<i>KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira - Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</i>

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.

PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Rafael dias. **Libras: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Pearson, 2015.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

24 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

3. Metodologia

Este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;
- vídeoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério do docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material didático constará de textos elaborados pelos professores conteudistas, com o máximo de figuras, gráficos, tabelas, *hyperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Neste Projeto o professor formador irá utilizar o material didático a ser usado na disciplina, preparar as avaliações, participando de atividades letivas durante a implementação da disciplina, de interações síncronas, de supervisão de tutores, de solução de dúvidas e de procedimentos nas atividades discentes e avaliativas.

Este curso terá cinco etapas de atividades letivas, agrupando disciplinas para que atuem de forma interdisciplinar, inclusive com avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, exercitando os princípios da educação por competência, conforme as DCN da Educação Profissional:

1ª Etapa:

O curso se iniciará com a disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA . Com duração de três semanas, garantindo o domínio pleno do AVA, esta disciplina deverá capacitar os tutores a distância para suporte aos alunos durante o curso.

2ª Etapa:

Nesta etapa serão oferecidas simultaneamente duas disciplinas: “Epistemologia da Educação Profissional” e “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Estas disciplinas realizarão atividades presenciais avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

3ª Etapa:

“Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional” serão oferecidas simultaneamente nesta etapa. Estas disciplinas realizarão atividades presenciais avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

4ª Etapa:

“Projeto Pedagógico na Educação Profissional” e “Práticas Inclusivas na Educação Profissional” Serão ofertadas simultaneamente nessa etapa. Estas disciplinas realizarão atividades presenciais avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

5ª Etapa:

“Pesquisa e Extensão Tecnológicas”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras” serão ofertadas em conjunto na última etapa do curso, como o cronograma permitirá maior tempo para esta etapa, acreditamos que o aluno terá condições de realizar sua intervenção pedagógica com facilidade. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas e Libras esteja acontecendo, os alunos possam preparar suas intervenções educativas na EPT.

4.4 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Didática da instituição, incluindo as seguintes especificidades: avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o perfil profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade. As avaliações de cada unidade curricular, podem constar de:

- *observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;*
- *trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;*
- *provas escritas, com ou sem consulta;*
- *exercícios de fixação ou aprimoramento;*
- *planejamento e execução de projetos;*

- *relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;*
- *atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.*

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) de pontos, numa escala de zero a cem. Os alunos que não atingirem nota superior a setenta serão desligados do programa, conforme regulamento.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Será, também, promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e os professores terão acesso visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

4.5 Trabalho Final de Conclusão

Segundo o artigo 40, parágrafo segundo, alínea I da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que trata da formação docente para a EP:

I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de final de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja um projeto de intervenção na prática docente aprovado por banca examinadora, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante. Será disponibilizado material e a capacitação dos coordenadores locais com acompanhamento local, com a seguinte estrutura mínima:

1. *a disciplina de Projeto de Intervenção providenciará reflexões e material para elaboração do projeto de intervenção e cada aluno escolherá um curso de EP ofertado por uma escola técnica e contactará o coordenador do curso e um docente para entrevistar sobre os desafios da EP;*
2. *este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EP (preferencialmente técnico);*
3. *o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;*
4. *o aluno deverá inserir no AVA seu projeto de intervenção, relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;*
5. *caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação.*

6. Atividades de atendimento aos estudantes

A condução de todo o curso compõe-se de um conjunto de profissionais da educação agindo em diferentes níveis e atividades para garantir a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida, incluindo o atendimento aos portadores de necessidades específicas, com apoio do Napne e das coordenações. Alguns deles terão contato direto com os estudantes, a saber:

- *Professor mediador (Tutor a distância): são profissionais que atenderão remotamente às demandas de coordenadores locais e de alunos, referentes às atividades letivas e de registro escolar, além de participar na correção das avaliações, conforme Plano de Ensino de cada disciplina; colaborarão, ainda, na implementação e na avaliação da Intervenção Pedagógica.*
- *Coordenador de polo: é o profissional que terá contato permanente com os alunos, organizando os espaços físicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades presenciais nos polos, supervisionando-as. É ele, também, que inserirá no AVA documentos e materiais relativos às atividades educativas e de Secretário escolar (assistente de registro acadêmico), acompanhará os alunos nas atividades do Projeto de Intervenção.*

5. Estágio

Não será permitido o estágio no curso.

6. Avaliação do Curso

Ao final do curso, a Coordenação providenciará formulário eletrônico de avaliação a ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso estas aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações de disciplina e avaliação final do curso.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica.**

Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996.** 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020. BRASIL. **Lei 11.892**

de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nr. 11/2012.** 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 26 de março de 2020

BRASIL. **Decreto 9.057 de 2017.** 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 06 de 2012.** 2012. Disponível em :

BRASIL. **Resolução CNE CES 01 de 2018.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acessado em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail.** Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital:** esclarecimentos complementares de Pierre

Pastré e Yves Schwartz. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien.** *Hypothèses*, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. **Comprender o**

trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine.** Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. *JONNAERT, P.*

Competências e socioconstrutivismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 avril 1936. Disponível em:

<http://classiques.ugac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. **A análise do trabalho em Didática Profissional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007. SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**.

1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. **Haudricourt et la technologie**. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. **Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail**. *Techniques & Culture*, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P.

Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. *Rio de Janeiro: Contraponto, 2005*. WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Elaboração: Paulo Wollinger e Olivier Allain

Colaboradores IFES: Marilza Regattieri, Joelma Kremer, Cristaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Arrevabeni, Danielli Sondermann, Wesley Vitor da Silva.

Colaboradores do IFPB: Lício Romero Costa, Turla Angela Alquete de Arreguy Baptista, Anrafel de Souza Barbosa, Claudiene Fátima de Souza Hermida, Lucyana Sobral de Souza, Paula Renata Cairo do Rego

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Cícero Nicacio do Nascimento Lopes, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 16/10/2020 17:44:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 128470

Código de Autenticação: Saa0473d21



Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe, JOÃO PESSOA / PB, CEP 58015-020
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-9701